

**ACTA**

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Antes da Ordem do Dia procedeu-se à leitura, em voz alta, do Protocolo de Rede Procuram-se Abraços, aprovado por deliberação de Câmara de 27 de Janeiro de 2010, seguindo-se da respectiva assinatura pelas partes outorgantes (Município de Guimarães e “Mundos de Vida” – Associação para a Educação e Solidariedade). Seguidamente, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Presidente da Associação, Dr. Manuel Araújo da Silva, que agradeceu toda a cooperação da Câmara, dando também uma explicação sobre a actividade da Associação e dos programas que têm agendados. No final o Presidente da Câmara tomou a palavra para também agradecer, em nome do executivo, a presença do Dr. Manuel Araújo da Silva, enaltecendo o papel desta associação na sociedade. -----

----- INTERVENÇÕES -----

1 - Vereador José Manuel Antunes – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Nas últimas reuniões do Executivo municipal tem sido prestada informação sobre as

diligências do Município para a legalização do registo de propriedade dos imóveis relativos às Escolas EB1 do Concelho. Concereteza que este trabalho foi implementado com base num levantamento de todas as situações de terrenos das Escolas Básicas do 1º ciclo em todas as freguesias de Guimarães. Sucede que em Serzedelo, existe também uma Escola EB1 em terrenos contíguos ao edifício sede da Junta de Freguesia e quer o terreno da Junta quer o terreno da EB1, não estão ainda registados pelo Município como sendo de sua propriedade. Não se compreende a razão deste atraso e de ainda não estar feito o registo em nome do Município, uma vez que todos os documentos relativos à doação ao Município de Guimarães, pela Santa Casa da Misericórdia e pela Ordem de S. Francisco estão na posse do Município. Recomendo aos serviços municipais que diligenciem para a resolução deste problema, pois que uma vez registado os terrenos em nome do Município também o Grupo Desportivo de Serzedelo poderia registar a propriedade dos terrenos das suas instalações desportivas, que fazem parte do mesmo número e que confinam com os citados terrenos. Ainda em Serzedelo, no ano de 2009 alguns meses antes das eleições autárquicas, o anterior executivo fez com conhecimento do Departamento de Obras Municipais, um acordo com privados para a cedência de uma parcela de terreno para alargamento da rua de aceso ao cemitério nº 2 (Rua de Santa Cristina) para execução de um aparque de estacionamento. A contrapartida exigida pelo privado foi a execução do muro de suporte das terras que teve de ser demolido para o alargamento. Acontece que a demolição do muro e a remoção de terras para o alargamento foi iniciado, não tendo sido concluído a sua reposição como acordado com o privado. Para agravar a situação com as chuvas e porque não há contenção das



terras, estas foram arrastadas para a estrada, pelo que o aspecto é degradante. Sabendo que a Junta de Freguesia não tem verbas nem recursos para a conclusão dos trabalhos e porque foi do conhecimento da Autarquia a sua realização é de elementar justiça que a Câmara Municipal disponibilize os meios humanos ou matérias ou financeiros para que a situação se resolva. **2 - Vereador José Torcato Ribeiro** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O senhor presidente da Câmara Municipal de Guimarães, à margem da reunião do passado dia 10 de Fevereiro de 2011, convidado pela comunicação social presente, a comentar a contratação pela Fundação Cidade de Guimarães de Ricardo Rio para uma assessoria na área do mecenato, por um período de seis meses, disse o seguinte: “Nós na câmara, nas chefias, nas contratualizações, nos empreiteiros, nas propostas de apoio técnico que fazemos, não olhamos nem à pessoa em si, nem ao partido e à filiação que ela possa ter.” O comentário poderia ficar por aqui e nós assinávamos por baixo sem qualquer tipo de reserva, mas o senhor presidente continuou, anulando o conteúdo do inicialmente afirmado. “Nós não validamos propostas que tenham a ver com pessoas que tenham determinado perfil político, que é normalmente opositor dos nossos parceiros, naquilo que é a actividade política tradicional de cada um de nós. Há uma informação que eu tive sobre uma contratação a fazer, e que, naturalmente, dentro das premissas que eu previamente ao nível da resposta que vos dei, assumi, a compreendia. Se porventura isso não foi assegurado, ou por alguém não foi cumprido, naturalmente, merece da parte de quem trabalhou o tema comigo, uma explicação, e eu espero que venha a acontecer.” Ficamos a saber, pelo comunicado da Fundação

Cidade de Guimarães, que, "contratou Ricardo Rio tendo em conta estritamente as suas capacidades técnicas e profissionais, e partiu do pressuposto de que seria da sua parte acautelada a possibilidade de outras actividades – do foro político e partidário – se sobreponham ou conflituarem com a que lhe foi pedida. Segundo ainda a FCG, "Ricardo Rio confirmou à época da sua contratação a inexistência de qualquer participação activa e executiva de natureza política e partidária ". Pelo exposto, temos uma situação em que um cidadão é chamado a desempenhar profissionalmente uma determinada função, mas que, para o fazer, lhe é, aparentemente, imposta a condição de abdicar das suas actividades político partidárias. Ou pelo menos de as suspender temporariamente. Estamos pois, perante uma premissa condicionante do exercício de cidadania política em troca de uma actividade profissional, que do ponto de vista dos princípios básicos que definem a democracia, é no mínimo inaceitável. A liberdade no seu sentido mais genuíno, não se condiciona com premissas, e não falamos de democracia quando os direitos, os deveres e as liberdades constitucionais são condicionadas. A quem nos presta serviços, devemos exigir só e apenas, competência, profissionalismo e responsabilidade. São três elementos fundamentais para um bom desempenho de qualquer função. Seria interessante o esclarecimento sobre se este caso foi uma excepção ou é uma prática normal na admissão de colaboradores na FCG. Ajudava a compreender melhor os contornos políticos que este assunto encerra. Seria igualmente interessante se nos fossem explicadas as verdadeiras razões de fundo que levaram à adopção desta "excepcionalidade". Citando, e indo ao encontro do espírito do primeiro parágrafo do comentário do senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, no Artigo 13º – nº2 da



Constituição da República (Princípio da Igualdade), pode ler-se: *"Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."* Que assim seja, e se cumpra". **3 - Vereadora Luísa Oliveira** – Referiu a falta de sinalização relativa aos parques de estacionamento, nomeadamente o Estádio D. Afonso Henriques. **4 - Vereador Amadeu Portilha** – Informou que a linha 82 dos Transportes Urbanos de Guimarães vai ser retomada a partir da próxima sexta-feira, dia de inauguração do novo recinto da feira semanal, explicando o trajecto desta linha. **5 - Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Realçou que a regularização do direito de propriedade de diferentes imóveis decorre de um levantamento efectuado pelos serviços da Divisão de Património, em curso há já alguns anos. Quanto à situação de Serzedelo, assinalou que tudo será tratado em devido tempo se a resolução for da exclusiva competência da Autarquia; **b)** – Sobre a execução de um muro de vedação para a via pública na Rua de Santa Cristina, em Serzedelo, disse que, possivelmente, o acordo terá sido feito directamente com a Junta de Freguesia. No entanto, acrescentou que se a situação não for reposta, a Câmara Municipal dará o seu contributo para resolver o problema; **c)** – Quanto à intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, disse que se está a trabalhar no sentido de resolver todas as questões ao nível da sinalética. -----

----- **INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Na sequência da entrada em vigor, no próximo dia 1 de Março, do

novo contrato de concessão com os Transportes Urbanos de Guimarães, deu conhecimento nas novas condições de utilização do Passe 3.^a Idade, Passe Reformado (novo) e Passe Acompanhantes de Pessoas com Mobilidade Condicionada (novo).

2 – Do ofício da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A. relativo ao ponto de situação de candidaturas – subsídios ao investimento; **3** – Deu conhecimento do início, a partir de amanhã, de uma campanha de sensibilização para a recolha de resíduos e dejectos de animais em determinadas artérias da cidade. **4** – De uma informação do Vereador Amadeu Portilha relativa ao propósito de reduzir o tempo de viagem da linha Guimarães – Porto de Ligação ferroviária Guimarães – Porto de 75 para 50 minutos, por ocasião da Capital Europeia da Cultura 2012. **5** – Do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Janeiro 2011, editado pelo Governo Civil de Braga. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 17 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**ESCOLA EB1 DA BOAVISTA Nº15 – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – USUCAPIÃO – PROCº RP/29/89** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da Boavista. Prédio urbano situado na Rua da Saudade, da freguesia de Selho S. Jorge, com a área total de 1.800,00m² inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1564, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 15 de Fevereiro de 2011, com o valor patrimonial tributário de €39.222,31. Apesar da inexistência de



documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, há largas décadas que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos com obras de reparação, conservação e manutenção. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior;

2 - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 17 de Fevereiro de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: **"ESCOLA EB1 DA OUCA - FREGUESIA DE RONFE - USUCAPIÃO - PROCº RP/05/82** - O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da Ouca. Prédio urbano situado na Rua D. Delfina Vasconcelos, da freguesia de Ronfe, com a área total de 3.538,00m² inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 2373, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 8 de Fevereiro de 2011, com o valor patrimonial de €330.931,38, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 30 anos que o Município de Guimarães, tem vindo ininterruptamente a utilizar e a

fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”;

3 – Da seguinte informação do Técnico Superior Ricardo Rodrigues da Divisão Mapa 2012: **“Proposta de Candidatura ao PRODER – Subprograma 3** – Numa época de crise da industrialização, da qual resultou a desvalorização das actividades ligadas ao mundo rural, pretende-se motivar as populações a investir no seu património, nas suas potencialidades acrescentando-lhe iniciativas criativas, com valor económico e social. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com os Presidentes de Junta, das freguesias abrangidas pelo PRODER, onde foram identificadas algumas expectativas e potencialidades passíveis de serem devidamente trabalhadas para, posteriormente, serem objectivo de candidaturas a financiamento de fundos comunitários ou nacionais. Destas reuniões conclui-se que a Câmara deveria ser nesta fase o impulsionador desta dinâmica, pelo que propomos, aproveitando o facto de ainda se encontrar aberto o subprograma 3 do PRODER o de um estudo, a apresentar a concurso à medida 3.2.1 – “Conservação e Valorização do Património Rural”, pela Câmara Municipal de



Guimarães. Esta iniciativa insere-se numa estratégia da divisão Mapa 2012, assente na experiência de sucesso da recuperação do Centro Histórico, hoje alargada a outras zonas urbanas, através dos investimentos inseridos na programação Guimarães Capital da Cultura 2012. O Mapa 2012 aposta na transferência de uma experiência, que se revelou pedagógica, para outras zonas do concelho, criando pontes entre diferentes dinâmicas e o centro e a periferia. Este primeiro estudo durará seis meses, terá uma Coordenação Geral com o objectivo de manter os critérios do estudo e integrar os contributos que serão dados por diferentes profissionais da equipa (Antropólogo, Arquitecto / Arquitecto paisagista, Biólogo, Designer de equipamento/comunicação, Economista, Engenheiro Agrónomo, Engenheiro Civil, Engenheiro, Florestal, Engenheiro Mecânico/Electrotécnico, Fotógrafo, Historiador, Jurista, Medidor/Orçamentista, Técnico Turismo, Topógrafo) resultando num modelo coerente. O estudo irá ter como delimitação a área setentrional do concelho, que apresenta diferentes problemáticas de desenvolvimento, no que concerne aos sectores rural e turístico e à diversificação do tecido produtivo local. Predomina a concentração populacional em lugares de pequena dimensão, o território apresenta algum dinamismo populacional, associado sobretudo ao crescimento natural positivo de algumas freguesias. Trata-se de uma área de grande interesse histórico e paisagístico, com grandes áreas abandonadas, nomeadamente as áreas dos antigos moinhos e as áreas ribeirinhas, que importa cuidar e enquadrar no âmbito da oferta que estas freguesias rurais podem dar. A proposta parte da rota existente e propõe um alargamento da sua área de influência. O apoio a solicitar insere-se como estratégia de criação sistemática de percursos pedestres, coordenados com outros já existentes,

criando uma rede devidamente estudada em função do património a realçar (e/ou a reabilitar) sendo objectivos gerais deste estudo: Avaliar o potencial dos recursos patrimoniais existentes; Mobilizar o potencial de desenvolvimento local para fixar e atrair população; Identificar projectos complementares; Identificar potenciais parceiros; Identificar fontes de financiamento. O estudo a encomendar deverá orientar-se pelos objectivos específicos Preservar e (re) utilizar o património construído adaptando-o às necessidades actuais da população; Avaliar a qualidade dos principais aglomerados urbanos na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das populações e valorização dos núcleos rurais que deverão servir de referente a estratégias de gestão e desenvolvimento urbanístico; Avaliar a importância da água para as actividades económicas das populações devolvendo-lhe a importância que teve em praticas ancestrais (rega, moagem de cerealífera, moenda da azeitona, serração); Criar um percurso pedestre; Recuperar a envolvente paisagística criando condições de utilização (miradouros, parques de merendas); Optimizar processos de gestão dos recursos naturais; Aumentar a visibilidade de um conjunto relevante de recursos locais; Captar investidores públicos e privados; Contribuir para o cumprimento de disposições legais em matéria de investimentos; Criar oportunidades de emprego sustentável; Atrair, fixar e rejuvenescer a população. O percurso a propor terá como principais critérios para a sua selecção: a proximidade a linhas de água (rios Torto, Febras e Agrela), a sua integração no percurso de antigos moinhos, cujo valor de conjunto é de grande valia e deverá ser objecto de um estudo para a sua reabilitação e reutilização; a relação de complementaridade com percursos já existentes (a Rota da Citânia); a relação com outros percursos,



numa escala mais abrangente, territorial (rede MOb²⁰¹²), de modo a procurar valorizar a coesão social e territorial. O estudo irá permitir uma gestão mais racional dos recursos e das potencialidades da região, sobretudo as que estão mais directamente relacionadas com o património edificado e natural, gerando alternativas de emprego, em actividades que potenciem o aumento da qualidade e diversidade da oferta turística, nomeadamente ao nível de alojamentos e outros produtos que sejam social, económica e ecologicamente sustentáveis, contribuindo deste modo para a fixação da população mais jovem. Para atingir este objectivo será incentivada a criação de redes de parceiros e projectos como factor de optimização (e economia) de recursos e da qualificação das organizações e agentes culturais locais, tendo em vista a melhoria da prestação dos serviços, ajustando a oferta e as condições de acesso à diversidade de procura, através da partilha dos recursos, dos saberes e das competências. Este estudo permitirá ainda aumentar a visibilidade de um conjunto relevante de recursos locais, o reforço identitário e activo do desenvolvimento, consubstanciado em produtos diferenciadores e competitivos dando relevo à importância do papel da cultura e da formação artística, do ambiente e salvaguarda da paisagem". -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador Amadeu Portilha, por não ter participado na reunião. --
OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DO

MONTE – GUARDIZELA – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 21 de Janeiro de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A. pelo valor de €1.520.399,37 (um milhão quinhentos e vinte mil trezentos e noventa e nove euros e trinta e sete cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €1.505.373,79 + IVA. 3 - Verificou-se a existência de €15.025,58 + IVA de TRABALHOS A MENOS, que correspondem ao não esgotamento da medição de alguns artigos prevista em projecto, que corresponde a 0.99 %. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €13.637,26 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €1.519.011,05 + IVA, sendo que €1.505.373,79 + IVA de trabalhos contratuais, €13.637,26+ IVA da revisão de preços provisória e do Auto final no valor de €110.405,00 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – ERROS E OMISSÕES**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Fevereiro de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Plataforma das Artes”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Fevereiro de 2011”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– O Vereador Domingos Bragança solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior rectificação dos documentos anexos, pelo que a proposta foi retirada. -----

FORNECIMENTOS – PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 1/11

– Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos:

Bem ou serviço: Fornecimento de 1.300.000 Litros de Gasóleo;

Preço base: €1.600.000,00 + I.V.A. (23%); **Repartição de**

encargos: - Ano 2011: €430.500,00; - Ano 2012: €738.000,00; -

Ano 2013: €430.500,00. **Classificação económica:** 02010202.

Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado.

Entidade competente para adjudicar: Município de Guimarães.

Júri: Efectivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro

Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Rui Miguel Lino de Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas;

Vogais Suplentes: - Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; -

Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. **Propõe-se que os**

esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração

superior”. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O

Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER

PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE

SEGURANÇA E SAÚDE PARA AS SEGUINTE EMPREITADAS:

LABORATÓRIO DA PAISAGEM; RECONVERSÃO DA EB1/JI DE

**MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR E AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE BARCO –**

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “1. Objecto: Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, das empreitadas supracitadas, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração de cada obra, será de €23.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividindo-se em €6.400,00 para a obra “Laboratório da Paisagem; 8.600€ para a obra

"Reconversão da EB1/JI de Mosteiro S. Torcato para Centro Escolar" e 8000€ para a obra "Ampliação da EB1 e Jardim-de-infância de Barco", acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011: Laboratório da Paisagem – 2.4.6.27; Reconversão da EB1/JI de Mosteiro S. Torcato para Centro Escolar – 2.1.1.2.29; Ampliação da EB1 e Jardim-de-infância de Barco – 2.1.1.2.12; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, que se passam a descrever: Tabique Engenharia, Lda.; Sexto Sentido, Lda.; Rumo Coordenado, Lda.".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE CONSULTADORIA JURÍDICA – AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – Presente a

seguinte informação do Director do Departamento de Obras Municipais: "1. Objecto: Prestação de apoio jurídico na constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes entre o Município de Guimarães e o Instituto dos Museus e Conservação, I.P., bem como concepção e acompanhamento do respectivo concurso público relativo às empreitadas de obras de "Reabilitação do Campo de S. Mamede" e "Requalificação do Monte Latito". 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializados, assim como experiência na área da Contratação Pública, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estas tarefas; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos,



não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação e apoio jurídico na elaboração dos documentos necessários à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes entre o Município de Guimarães e o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., com vista à realização de uma única obra: "Reabilitação do Campo de S. Mamede e Requalificação Urbanística do Monte Latito", assim como a concepção e acompanhamento do respectivo procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas. b) A despesa total do serviço contratado estima-se em €4.000 (quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 1375. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, contratando-se o Prof. Dr. António Miguel Ferro Catela Teixeira, Doutor em Direito, Presidente da Associação Fórum dos Mercados Públicos e especialista na área da Contratação Pública, tendo em conta os conhecimentos demonstrados e reconhecidos a nível nacional, e ainda a sua experiência profissional e académica na matéria em causa. e) Mais se informa que não existe relação ou

participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.14. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ASSISTÊNCIA JURÍDICA – ACÇÕES JUDICAIS – CONCURSO PÚBLICO “PLATAFORMA DAS ARTES” – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Obras Municipais: “1. Objecto: Apoio Jurídico no âmbito de duas acções judiciais, nomeadamente uma providência cautelar e acção principal, ambas movidas pela F.D.O.- Construções, S.A. contra o Município de Guimarães, no âmbito do concurso público “PLATAFORMA DAS ARTES”, que correm termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, respectivamente, sob o nº 210/11.5BEBRG (providência cautelar) e nº 209/11.1BEBRG (acção administrativa especial de contencioso pré-contratual). 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, na área da Contratação Pública; Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize



a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de apoio e acompanhamento jurídico, sob a forma de mandato judicial. b) A despesa total estima-se em €4.800,00 (quatro mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A esta despesa correspondente a declaração de cabimento nº 1377. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados "COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS,R.L.", tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação, assim como o reconhecimento da competência técnica e experiência dos profissionais que integram esta sociedade, na área específica em causa. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.14. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – SEGURANÇA DOS ACESSOS À REDE DE DADOS DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação: "**1. Objecto:** – Apoio especializado a prestar na segurança dos acessos internos e externos, à rede de dados do Município, durante o ano de 2011. **2. Considerandos:** As tarefas associadas aos serviços que se

pretende contratar requererem técnicos especializados e com conhecimentos específicos sobre segurança no âmbito dos acessos internos e externos, à rede de dados do Município, durante o ano de 2011. Técnicos de que a autarquia não dispõe no seu quadro de pessoal; Em face dos custos envolvidos com a aquisição destes serviços e a regularidade com que ocorrem (pontualmente), não justifica o recurso ao recrutamento de um técnico municipal com essa valência; Trata-se de uma aquisição de serviços para trabalho não subordinado, como se disse, a ocorrer apenas em situações críticas de segurança da rede de dados do Município. **3.**

Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato prende-se com a aquisição de serviços especializados de segurança da rede de dados, para prevenir eventuais intrusões não autorizadas. b) A despesa anual estima-se em €2.000,00 (*dois mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 1.1.1.06 do Plano de Actividades, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante **ajuste directo simplificado**, ao abrigo do Código dos Contratos públicos, com consulta à empresa "UXS, Sistemas de Informação, Lda.", por se considerar que, para além de dispor de um corpo técnico especializado na vertente de segurança, é uma entidade que detém profundo conhecimento da infra-estrutura instalada (rede de dados do Município), porquanto, ao longo dos últimos anos, tem prestado, de forma satisfatória, ao Município de Guimarães, assistência técnica neste domínio. e) Mais se informa



que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

**PATRIMÓNIO – PEDIDO DE ALIENAÇÃO DE TERRENO
SITUADO NO LUGAR DE ESPARIZ, FREGUESIA DA COSTA –**

PROC. Nº. 40/06/88 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em 27 de Junho de 1988, alienar 186 m2 de terreno a Joaquim Mendes, pelo valor de 372.000\$00 (€ 1.855,53), tendo o Município recebido aquele montante em 8 de Julho de 1988. Todavia, em 3 de Outubro de 1988, houve nova deliberação camarária em que se reduzia a área a alienar para apenas 50 m2, ficando a Autarquia de restituir o excedente do valor já recebido. Até à presente data não foi realizada qualquer escritura, nem restituído qualquer valor aos herdeiros do Sr. Joaquim Mendes, apesar de haver ocupação efectiva do terreno. Entretanto, os herdeiros Joaquim Mendes solicitaram a regularização da situação, mas nunca aceitaram receber a quantia que o Município lhes pretendia restituir, pelo que foi elaborado um levantamento topográfico a fim de se determinar, com exactidão, a área efectivamente ocupada. Deste trabalho executado pelos técnicos camarários, resultou a determinação da área de 144 m2, como sendo a área ocupada. Sucede que os herdeiros de Joaquim Mendes pugnam por ver resolvida a questão e aceitam que a área agora determinada com exactidão integre o logradouro do seu prédio urbano, desde que o preço seja o mesmo que foi pago em 1988. A ser superiormente aceite esta proposta, deverá ser

deliberado em reunião do executivo revogar as deliberações acima mencionadas. Consequentemente, deverá ser deliberado alienar uma parcela de terreno com a área de 144m², propriedade do Município, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 00980/Costa e do inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 1447º, para ampliação do logradouro do prédio dos interessados, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 00253/Urgezes e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 2558º, pelo preço já recebido em 1988, de €1.855,53, integrando-se, desta forma, o identificado terreno no património dos herdeiros de Joaquim Mendes. É o que me cumpre informar”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

PATRIMÓNIO – INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA A INQUILINO DO PRÉDIO SITUADO NA AV. CONDE DE MARGARIDE, N. 197, SALA 5, FREGUESIA DE S. PAIO – PROC 40/62/95 –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Decorrente da aquisição do imóvel acima referido, para sua posterior demolição e enquadramento na obra da denominada “Plataforma das Artes”, resulta a necessidade de indemnizar a Associação de Prevenção e Tratamento Sorriso, inquilina da sala nº. 5, integrante da fracção “B” do identificado imóvel, tendo em conta o disposto no artigo 30º, nº 4 do Código das Expropriações. Desta forma, e de acordo com o relatório de avaliação efectuado por perito da lista oficial, esta Câmara Municipal informou a interessada da sua disponibilidade em indemnizá-la no valor de €6.500,00 pela cessação do direito ao arrendamento, tendo o mandatário da interessada informado que a proposta era aceitável. Face a esta posição, deve ser deliberado indemnizar a Associação de Prevenção e Tratamento Sorriso, no valor de



€6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), pela cessação do direito ao arrendamento e consequente abandono do locado. É o que me cumpre informar”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

PROTOSCOLOS – ADENDA AO PROTOSCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE DO MINHO “CampUrbis” – INSTITUTO DE DESIGN

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Considerando: Por deliberação da Câmara Municipal de 8 de Março de 2007, foi aprovado um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho, tendo como objecto a articulação entre ambas as entidades para a concretização e enquadramento do projecto designado por “CampUrbis - Parceria para a Regeneração Urbana de Couros”. Para além da reabilitação física e ambiental da área de intervenção, compreendendo os edifícios e os espaços públicos, o CampUrbis visa a instalação de um conjunto de valências educacionais, artísticas e de extensão universitária e integra um conjunto de operações e de acções complementares, nomeadamente o Instituto de Design, previsto no artigo 7º daquele Acordo, remetendo para um momento posterior a definição das suas formas de implementação e instalação. Deste modo, proponho a aprovação da adenda ao Protocolo com a Universidade do Minho, tendo por objecto a constituição das entidades promotoras do Instituto de Design e definição dos termos da respectiva cooperação, conforme minuta que se junta em anexo (**doc. 1**)”. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro procedeu-se à reorganização da estrutura Orgânica do Município de Guimarães, com efeitos a partir de 01/01/2011, tendo sucedido ao Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação o Departamento de Recursos Humanos. Em 28 de Dezembro de 2010, a Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação solicitou não ser mantida no cargo dirigente, o que foi atendido, tendo sido designada outra técnica do município para exercer as funções de directora do Departamento de Recursos Humanos, em regime de substituição, a partir de 4/01/2011, por ser indispensável assegurar a direcção do departamento e a gestão e coordenação das unidades orgânicas que o integram. A nomeação em regime de substituição é, por natureza, precária, cessando 60 dias após o seu início, salvo se estiver em curso procedimento concursal tendente à nomeação de novo titular. Atenta a necessidade de assegurar a direcção do departamento, proponho, nos termos do disposto no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do referido cargo, em regime de comissão de serviço”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação apresentada pelo Senhor Vereador Amadeu Portilha, que mereceu a concordância do Senhor



Presidente, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Chefe da Divisão de Relações Públicas e Turismo e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); - Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto, proponho nos termos do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 4/2010 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Marco Paulo Almeida Ribeiro, com a categoria profissional de Agente Municipal de 1.ª Classe, aplicando-lhe a pena disciplinar de repreensão escrita, suspensa na sua execução pelo prazo de um ano. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA, SUSPENSÃO NA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE UM ANO. O Vereador José Augusto Araújo não participou na votação da proposta.**

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA DE APOIO – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "O Agrupamento de Escolas de Briteiros vem, através de ofício, solicitar o apoio do Município na aquisição de uma lupa de mão 3,5x destinada a uma aluna que se encontra matriculada na EB1/JI Paço/Donim e que apresenta problemas de baixa visão.

Considerando que: compete ao Município, nos termos do disposto na alínea d), do ponto 1, do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, compartilhar, no âmbito da acção social escolar, os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente na aquisição de tecnologias de apoio, entendendo-se como tal os dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacte permitir o desempenho de actividades e a participação nos domínios da aprendizagem e da vida profissional e social; os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente têm direito, nos termos da alínea d), do ponto 1, do artigo 13.º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009 e do Anexo III do Despacho 14368-A/2010, de 14 de Setembro de 2010, que regulam as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, a uma comparticipação na aquisição das tecnologias de apoio até ao montante igual ao atribuído para o material escolar do mesmo nível de ensino, no escalão mais elevado, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de €13,00 ao Agrupamento de Escolas de Briteiros destinada a compartilhar a aquisição da referida lupa. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010 – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação e conforme o disposto na alínea d), do ponto 3, do artigo 19.º, da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da Acção Social Escolar



aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano lectivo 2010/2011 (deliberações de Câmara de 1 de Julho de 2010, 18 de Novembro de 2010 e 27 de Janeiro de 2011). Na sequência do aparecimento de três novos processos relativos a alunos vindos do estrangeiro, que se encontram matriculados na EB1/JI Cerca do Paço/Prazins Santa Eufémia, o Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso enviou à Autarquia um novo pedido de atribuição de apoios. Assim, e atendendo a que, no uso das suas competências, o Director daquele Agrupamento de Escolas atribuiu escalão A aos referidos alunos, propõe-se a rectificação da deliberação de Câmara de 18 de Novembro de 2010 e a atribuição de €117,90 (cento e dezassete euros e noventa cêntimos), destinada à comparticipação de livros e material escolar de 2 alunos do 1.º ano e 1 do 2.º, conforme mapa em anexo. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE GUIMARÃES (S. PAIO) – Presente a seguinte informação dos

serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Guimarães (S. Paio), aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 40 – **Rua da Feijoeira** – Arruamento sem saída, com início na rua Associação Artística Vimaranense; 41 – **Rua da Atouguia** – Arruamento sem saída, com início na rua Associação Artística Vimaranense; 42 – **Largo das Margaridas** – Largo adjacente á rua da Atouguia. 43 – **Rua das Violetas** – Arruamento sem saída, com início na rua Associação Artística Vimaranense; 44 – **Rua da Amorosa** – Arruamento sem saída,

com início na rua Associação Artística Vimaranesse; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Guimarães (S. Paio)". A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE AZURÉM

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Azurém, aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 102 – **Rua Dadores Benévolos de Sangue** – Arruamento sem saída, com início na Praceta de S. Pedro; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Azurém. A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, o transporte, em autocarro, dos alunos do pré-escolar ao Pavilhão Multiusos para visita à exposição "O Mundo dos Dinossauros", no passado dia 7 de Fevereiro.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM**

– CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas de Pevidém, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, no passado dia 10 de Fevereiro.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM

– CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas de Pevidém, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Clube Residencial Sénior S. Jorge de Selho, no dia 21 de Fevereiro. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE

BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas Briteiros, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Pavilhão Multiusos, onde está patente a exposição “O Mundo dos Dinossauros”, no dia 22 de Fevereiro. **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM

– CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas de Pevidém, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Horto Municipal, no dia 23 de Fevereiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

TRANSPORTES – COMISSÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Comissão de Assistentes Operacionais solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos participantes no 2.º Congresso de Assistentes Operacionais de todo o país, que se realiza no dia 26 de Fevereiro na Auditoria da Universidade do Minho. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência do transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista oportunamente a designar". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM
– CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas de Pevidém solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI Eirinha à Sede do Agrupamento, no próximo dia 1 de Março. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE
– CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas Gil Vicente solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o



transporte dos alunos no dia 2 de Março à Sede do Agrupamento no âmbito da semana da leitura. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A CASFIG, EEM solicitou a colaboração do Município através da cedência do autocarro para efectuar o transporte dos moradores ao Porto, Barcelos e Viana do Castelo, nos dias, respectivamente, 7 de Março, 14 e 21 de Abril. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos para S. Torcato, no próximo dia 28 de Abril. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o

transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos nos dias 10, 12 e 17 de Maio ao Museu Alberto Sampaio e Biblioteca Municipal Raul Brandão. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA TENDO POR OBJECTO A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “Confrontado com uma grave situação financeira, que ameaça transformar-se numa crise directiva, o Clube Desportivo Xico Andebol, principal clube vimaranense a dedicar-se ao andebol, modalidade na qual alcançou inúmeros títulos e uma posição de destaque no panorama nacional, procurou o Município solicitando auxílio financeiro urgente, de forma a fazer face a compromissos económicos inadiáveis que, a não serem satisfeitos, colocam em perigo a própria existência do Clube. Ora, atendendo à importância do Xico Andebol para centenas de atletas dos diversos escalões de formação e competição, aos relevantes serviços públicos prestados ao longo da sua existência, ao significado que o clube tem para os milhares de Vimaranenses que



são seus adeptos e ao facto de, ultrapassadas estas dificuldades, se tratar de um clube com cuja actividade desportiva tem condições para continuar a enriquecer o panorama desportivo concelhio, contribuindo de forma substantiva para a oferta de formação desportiva diversificada aos jovens, conforme resulta claramente demonstrado no Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado, interessa salvaguardar o seu futuro, assegurando transitoriamente as condições que o possibilitem. Assim, o especial e relevante interesse público de que se reveste a manutenção da actividade do Xico Andebol, atentas as circunstâncias acima descritas, reclamam, por parte da Autarquia, um auxílio financeiro que, desde logo, assegure a sua continuidade nas diversas competições nacionais e internacionais em que está envolvido, honrando os compromissos assumidos neste âmbito. Deste modo, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, proponho a atribuição de um subsídio global no montante de €18.000,00 (dezoito mil euros), a pagar em seis prestações mensais no valor de € 3.000,00 (três mil euros) cada, durante os meses de Janeiro a Junho do corrente ano, inclusive, conforme minuta do contrato programa a celebrar com aquela entidade, que se junta à presente proposta como **doc. 1º**. A minuta do contrato-programa dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA PROJECTO RONFE HÁ 50 ANOS – Presente a seguinte proposta: “A exemplo dos anos anteriores, esteve exposto um presépio de Natal na Vila de Ronfe durante o período natalício, iniciativa que surgiu na sequência de trabalhos anteriores, integrados no

projecto denominado "Ronfe há 50 anos". Considerando o exemplo seguido nos trabalhos anteriores e o interesse público da exposição promovida, relevante de um esforço de preservação de valores culturais tradicionais e de efectiva qualidade artística, proponho que ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento nº 606/2010 seja concedido um subsídio de €500,00 (quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa Projecto Ronfe há 50 anos para apoio à iniciativa realizada". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizada entre os passados dias 11 e 14 de Novembro de 2010. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €48,72 (quarenta e oito euros e setenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – FESTA DE NATAL 2010 – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serzedelo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal 2010, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio



correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €51,66 (cinquenta e um euros e sessenta e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTA DE S. MATEUS E FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gonça solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de S. Mateus e Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizadas entre os passados dias 24 de Setembro e 4 de Outubro de 2010. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €85,98 (oitenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – FESTA DE NATAL 2010 – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gonça solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal 2010, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €103,95 (cento e três euros e noventa e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade

orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**
APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----